



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

RIO GRANDE DO NORTE

CARGO:

INSPECTOR DE CONTROLE EXTERNO

ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

CONCURSO PÚBLICO

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente os seus dados pessoais e os dados identificadores de seu cargo transcritos acima com o que está registrado em sua folha de respostas e no cabeçalho de sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome e cargo no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou de seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
A novidade é revolucionária; a verdade, também.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; DF = Distrito Federal; IPTU = imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana; IPVA = imposto sobre a propriedade de veículos automotores; LDO = lei de diretrizes orçamentárias; LRF = Lei de Responsabilidade Fiscal; PPA = Plano Plurianual; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TC = tribunal de contas; TCE = tribunal de contas estadual; TCE/RN = Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte; TCU = Tribunal de Contas da União; TRE = Tribunal Regional Eleitoral.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Trata-se de uma carta cujo enigma perdura e
perdurará. Por isso, ela continua sempre atual, continua a nos
falar hoje sem que nenhum de nós também se julgue seu
4 destinatário privilegiado ou seu decodificador absoluto.

Estamos nos referindo à famosa **Carta** de Pero Vaz
de Caminha dirigida em 1500 a el-rei dom Manuel,
7 anunciando a descoberta de uma nova terra. E se essa carta
não tivesse chegado ao seu destino, ao seu destinatário, se ela
tivesse se extraviado, com se diz hoje no linguajar dos
10 correios? Em virtude de naufrágio, seria uma hipótese. Por
errância sem fim da caravela no caminho de volta à pátria, ou
seja, por morte dos estafetas, seria outra hipótese. No
13 entanto, a carta chegou ao seu destino. E, ao chegar às
mãos do rei, no momento mesmo em que o rei de Portugal
dela toma posse, também toma posse da terra e dos seres
16 humanos por ela descritos pela primeira vez. A carta cria o
acontecimento da descoberta do Brasil por um país europeu.
Ela sela de vez o devir ocidental e cristão de uma terra e de
19 seus habitantes, o devir de um futuro estado-nação chamado
Brasil.

A **Carta** de Caminha serve, antes de tudo, para que
22 todos aqueles aos quais ela não se destina reflitam tanto
sobre palavras e gestos que recobrem o encontro de dois
bandos que se desconhecem, quanto sobre o sentido do
25 acontecimento histórico na época das descobertas e, mais
ainda, sobre o papel desempenhado pelos vários atores
sociais na empreitada heroica.

Silviano Santiago. *Navegar é preciso, viver*. In: Aduato Novaes
(Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras –
Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 464 (com adaptações).

A partir da argumentação do texto acima, bem como das
estruturas linguísticas nele utilizadas, julgue os itens de **1** a **6**.

- 1 Se a opção fosse a de evitar o uso do pronome “cujo” (l.1),
as relações entre as ideias do texto permitiriam que, sem
prejudicar a coerência ou a correção gramatical do texto,
assim se iniciasse o parágrafo: Trata-se de uma carta do qual
o enigma perdura e perdurará.
- 2 Na linha 3, o uso do modo subjuntivo em “julgue” é exigido
pela estrutura sintática em que ocorre; se fosse retirada a
conjunção “que” da oração subordinada, o modo empregado
deveria ser o infinitivo: julgar.
- 3 O primeiro período sintático do texto sintetiza os motivos
que levaram Caminha a escrever a “famosa **Carta**” (l.5).

4 Fazendo os necessários ajustes nas letras iniciais maiúsculas,
as relações semânticas entre as orações do texto permitem
que o ponto logo após “hipótese” (l.10) seja substituído pelo
sinal de ponto e vírgula e o ponto logo depois de “europeu”
(l.17), pelo sinal de dois-pontos.

- 5 No desenvolvimento das ideias do texto, o conectivo “No
entanto” (l.12-13) estabelece uma oposição direta entre os
argumentos que o seguem na oração e o argumento do
período sintático que explicita o objeto da argumentação:
“Estamos nos referindo à famosa **Carta** de Pero Vaz de
Caminha” (l.5-6).
- 6 Na linha 22, a preposição **a**, em “aos quais”, é exigida pelo
uso reflexivo do verbo **destinar**; por isso, mantém-se a
coerência ao se substituir o pronome relativo pelo pronome
quem e, para preservar o respeito às regras gramaticais,
deve-se manter a preposição, escrevendo **a quem**.

1 Em todos os povos ou períodos da história, a
sensação de pertencimento a uma comunidade sempre foi
construída com base nas diferenças em relação aos que estão
4 de fora, “os outros”. Muitas tribos indígenas brasileiras, por
exemplo, chamam a si próprias de “homens” ou “gente” e
denominam pejorativamente integrantes de outros
7 grupamentos — esses são “seres inferiores” ou “narizes
chatos”. O filósofo Aristóteles considerava a “raça helênica”
superior aos outros povos. Mas até o Iluminismo, no século
10 XVIII, a humanidade não recorreu a teses raciais para
justificar a escravidão — tratava-se de uma decorrência
natural das conquistas militares. A postulação de que todos
13 os homens nascem livres e iguais criou, porém, uma
reação: a fim de embasar a dominação de povos europeus
e seus descendentes sobre as populações colonizadas ou
16 escravizadas, começou-se a elaborar uma divisão sistemática
de raças, com pretensões científicas. Com a gradual abolição
da escravidão, o racismo científico foi usado para justificar
19 o imperialismo ocidental na África e na Ásia.

Veja, 2/9/2009 (com adaptações).

Com base nas estruturas linguísticas e nas relações
argumentativas do texto acima, julgue os itens de **7** a **12**.

- 7 É correto concluir, a partir da argumentação do texto, que a
“sensação de pertencimento” (l.2) carece de cientificidade,
ou seja, de “pretensões científicas” (l.17).

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
TRIBUNAL DE CONTAS
OFÍCIO 000/2009-TCE/RN

Senhor Secretário Municipal,
D.D. Doutor Beltrano da Silva

1. Considerando que os custos de publicação dos relatórios nos diários oficiais do Estado e dos Municípios vem sofrendo grande majoração nos últimos anos, inviabilizando o procedimento especialmente nos municípios que disponham de poucos recursos, recomenda-se que os municípios que detenham uma população de menos de 30.000 habitantes faça tal publicação apenas no Diário Oficial do Estado e afixe em lugar público e visível, os dados a serem publicados.

[...]

Natal, 31 de setembro de 2009.

(assinatura)
Fulano de Tal

Presidente do Tribunal de Contas do Estado
do Rio Grande do Norte

A partir desse texto hipotético, julgue os seguintes itens, a respeito da elaboração de correspondência oficial.

- 18 Os itens de identificação e localização do documento, como o timbre, a identificação do órgão emissor e o número do expediente, o local e a data de emissão do documento, estão de acordo com as normas do padrão ofício.
- 19 Para que o vocativo do documento respeite os padrões de elaboração de correspondências oficiais, deve ser retirada toda a linha abaixo do cargo ou função, com o nome do destinatário, deixando apenas a primeira: “Senhor Secretário Municipal,”.
- 20 No corpo do documento, a redação do primeiro parágrafo respeita as normas de impessoalidade, formalidade, concisão, além do padrão culto da língua a que todos os documentos oficiais devem obedecer.

Acerca de conceitos de informática e de segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 21 O disco rígido é um sistema de armazenamento de dados de alta capacidade que, por não ser volátil, é normalmente destinado ao armazenamento de arquivos e programas.
- 22 Em um computador com o sistema operacional Windows XP instalado, por meio da opção Pesquisar, existente no menu Iniciar, é possível localizar informações na Internet.
- 23 Diferentemente do que ocorre no sistema Windows XP, no Linux, para se obter maior velocidade de acesso, os dados são armazenados diretamente em pastas, e não em subpastas.
- 24 Chave criptográfica é um termo que se refere a um parâmetro (ou conjunto de parâmetros) variável do algoritmo criptográfico que interfere diretamente no processo criptográfico. Para cada chave distinta (valor de chave), o algoritmo gera um criptograma diferente para uma mesma mensagem, que só poderá ser decifrado pelo usuário que conheça o valor em uso. Dessa forma, a segurança lógica é garantida, mesmo que o processo criptográfico se torne público, desde que a chave seja mantida secreta.

- 8 Preservam-se a coerência entre os argumentos e o respeito às regras gramaticais ao se usar o pronome **aqueles** em lugar de **os**, substituindo “aos que” (l.3) por **àqueles que**.
- 9 Na linha 5, seriam preservadas a coerência da argumentação e a correção gramatical do texto se a opção fosse por não enfatizar o objeto de **chamar**, conferida pelo pronome “próprias”, e se substituísse “a si” por **se**, escrevendo-se **chamam-se**.
- 10 A ausência do sinal indicativo de crase em “a teses” (l.10) indica que o substantivo está sendo usado em sentido generalizado, sem a determinação marcada pelo artigo.
- 11 A flexão de singular em “tratava-se” (l.11) indica ser a “escravidão” (l.11) “decorrência natural das conquistas militares” (l.11-12); se tal decorrência fossem “teses raciais” (l.10), o verbo seria flexionado no plural: **tratavam-se**.
- 12 Preservam-se as relações entre os argumentos e o respeito às regras gramaticais ao se reescrever o último período sintático do texto da seguinte maneira: O imperialismo ocidental na África e na Ásia usou como justificativa o racismo científico com a gradual abolição da escravidão.

1 Penso que a política tem sempre uma dimensão estética, o que é verdade também para o exercício das formas de poder. A estética e a política são formas de organizar o sensível: de dar a entender, de dar a ver, de construir a visibilidade e a inteligibilidade dos acontecimentos. Para mim, é um dado permanente. É diferente da ideia de que o exercício do poder se teria estetizado em um momento específico.

Há um momento em que é preciso distinguir duas coisas: de um lado, a adoção de certas formas espetaculares de *mise-en-scène* do poder e da comunidade. De outro, a ideia mesma de comunidade. É preciso saber se pensamos a comunidade política simplesmente como um grupo de indivíduos governados por um poder, ou se a pensamos como um organismo animado.

Na imaginação da comunidade, há sempre esse jogo, essa oscilação entre a representação jurídica e uma representação estética. Mas não creio que se possa definir um momento preciso de estetização da comunidade.

Jacques Rancière. *Partilha do sensível*. In: *Revista Cult*, n.º 139, ano 12, set./2009, p. 18 (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, a respeito da organização das ideias no texto acima.

- 13 No desenvolvimento das ideias do texto, o termo “o que” (l.2) retoma, em coesão textual, a ideia de **pensar**.
- 14 De acordo com a argumentação do texto, depreende-se que o termo “permanente” (l.6) refere-se à constância da relação entre estética e política.
- 15 Para evitar o uso de muitas preposições no mesmo período sintático e deixar o texto mais conciso e objetivo, a retirada da preposição do termo “em que” (l.9) preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.
- 16 O desenvolvimento da argumentação permitiria usar os termos “esse jogo” (l.16-17) e “essa oscilação” (l.17) no plural, sem prejudicar a coerência entre os argumentos e o respeito às regras gramaticais.
- 17 Mantêm-se a coerência entre os argumentos e o respeito às regras gramaticais ao se usar o verbo na primeira pessoa do plural, **possamos**, em lugar de se usar o sujeito indeterminado “se possa” (l.18).

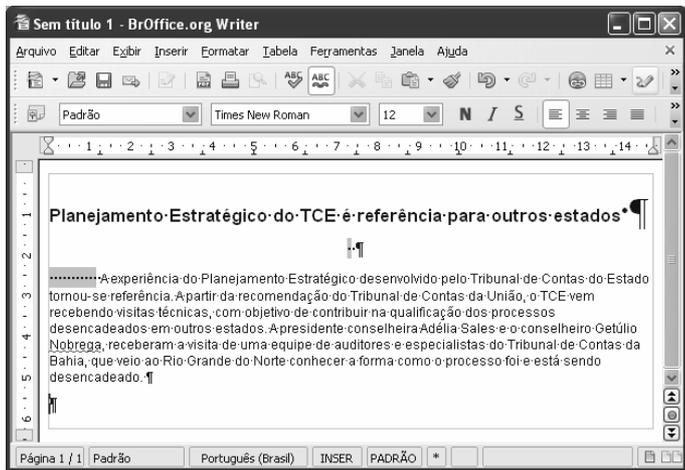


Figura I

	A	B
1	Processo	Situação do andamento
2	1234	70%
3	3452	20%
4	2345	75%
5	6721	90%

Figura II

Considerando as figuras I e II acima, que ilustram, respectivamente, uma janela do BrOffice Writer 3.0 com um documento em edição e parte de uma janela do Excel 2007 com uma planilha em elaboração, julgue os itens que se seguem, relativos ao Microsoft Office 2007 e ao BrOffice.org.

- 25 A partir da figura I, é correto afirmar que o título do documento em edição está centralizado na página.
- 26 A planilha mostrada na figura II pode ser transferida, na forma de tabela, para o final do documento em edição ilustrado na figura I, sem perda de informações.
- 27 Por meio da opção Gráfico do *menu* Inserir do Excel 2007, é possível criar um gráfico de linha com as informações da planilha apresentada, e transferi-lo para o final do documento mostrado, mantendo-se as formatações padrão do Excel 2007.
- 28 Tanto o documento quanto a planilha podem ser inseridos no corpo de uma mensagem de *e-mail* enviada para um endereço eletrônico.
- 29 Caso a planilha tenha sido protegida por senha, ao transferi-la para o final do documento, será necessário informar a referida senha para visualizar as informações.
- 30 No *software* BrOffice Calc, é possível abrir a planilha apresentada e gerar um gráfico de *pizza*, utilizando a opção Calc do *menu* Janela.

Com relação à natureza, competência e jurisdição do TCE/RN, julgue os itens seguintes.

- 31 O TCE/RN, ao julgar as contas dos dirigentes das unidades e entidades dos municípios, está também fiscalizando a aplicação dos recursos que lhes são transferidos pela União e pelo estado.
- 32 O julgamento das contas tem considerável impacto nas pretensões eleitorais dos candidatos a cargos políticos, pois o TCE/RN deverá informar ao TRE os nomes dos responsáveis por pendências em suas prestações de contas, apuradas em diligências que estejam em fase de realização.

Com base nas normas de organização e funcionamento do TCE/RN, julgue os próximos itens.

- 33 O Sistema Integrado de Auditoria Informatizada (SIAI) realiza a captação dos dados e informações da gestão fiscal dos órgãos e entidades jurisdicionados e lhes dá o tratamento apropriado ao acompanhamento e controle da execução orçamentária e financeira, tendo como foco a observância da responsabilidade fiscal.
- 34 Cabe ao TCE/RN fornecer ao estado e aos municípios certidões que os habilitem a obter empréstimos e firmar convênios e instrumentos afins. Se o descumprimento de prazos para envio de documentos for atribuído a antecessor, impossibilitando a obtenção da certidão, o sucessor deverá adotar providências que vão até a adoção de medida judicial.
- 35 A documentação que os órgãos e entidades sujeitos à fiscalização do TCE/RN tiverem de encaminhar à Corte de Contas deverá ser apresentada por cópia, permanecendo os originais à disposição, nos respectivos órgãos e entidades. Se houver exigência de apresentação do mesmo documento a mais de um órgão de fiscalização, o original deverá ser encaminhado ao TCE.

Acerca do TCE/RN, julgue os itens subsequentes.

- 36 Se o TCE/RN concluir que não dispõe de servidores habilitados para a realização de auditorias e perícias em assuntos de alta especialização, terá respaldo legal para requisitar servidores de outros órgãos ou de entidades da administração estadual ou contratar empresa privada.
- 37 Importante prerrogativa do TCE/RN, em sua função fiscalizadora, é a de requisitar diretamente às instituições financeiras os extratos das contas-correntes e de aplicações efetuadas pelas unidades gestoras das administrações estadual e municipais.

Com referência ao controle externo e ao Poder Legislativo do estado e dos municípios, julgue os itens a seguir.

38 Entre os vários critérios adotados para classificar as modalidades de controle, destaca-se o que o distingue entre interno e externo, dependendo de o órgão que o exerça integrar ou não a própria estrutura em que se insere o órgão controlado. Nesse sentido, o controle externo é exercido por um poder sobre o outro, ou pela administração direta sobre a indireta.

39 Uma das funções de competência dos TCs, como definido na CF, é a de ouvidor, caracterizada pelo recebimento de denúncias de irregularidades ou ilegalidades formuladas tanto pelos responsáveis pelo controle interno como por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato.

A respeito da administração pública brasileira, suas estruturas e servidores, e dos princípios constitucionais, julgue os itens seguintes.

40 A autotutela, uma decorrência do princípio constitucional da legalidade, é o controle que a administração exerce sobre os seus próprios atos, o que lhe confere a prerrogativa de anulá-los ou revogá-los, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

41 Os servidores da administração direta e indireta — aí compreendidas as entidades de direito público e privado —, são ocupantes de cargos ou empregos. Os cargos são providos por concurso público, e os empregos, mediante livre contratação. As funções públicas, por outro lado, são de livre provimento, cujo preenchimento depende de relações de confiança.

42 As empresas públicas se distinguem das sociedades de economia mista quanto à formação do capital, por não serem constituídas com recursos particulares, mas ambas têm em comum o fato de seu capital ser dividido em ações, sob a forma anônima.

No que diz respeito aos municípios, na CF e nas constituições estaduais, julgue os itens subsequentes.

43 Uma das hipóteses de intervenção da União nos municípios é a de não aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

44 A imunidade recíproca, por ser da própria essência do pacto federal, impede o estado de cobrar IPVA sobre veículo de propriedade de uma câmara municipal, da mesma forma que o município é impedido de cobrar IPTU sobre prédio de propriedade de autarquia estadual situado em seu território.

Com relação à autonomia municipal e à aprovação das contas municipais, julgue os itens que se seguem.

45 A autonomia municipal se configura por múltiplas capacidades. No exercício de sua capacidade de autoadministração, por exemplo, o município pode e deve instituir todos os impostos de sua competência, previstos na CF.

46 Se o TCE/RN, ao examinar as contas do prefeito de Natal, emitisse parecer prévio pela sua rejeição, esse parecer prevaleceria, exceto se a Assembleia Legislativa do estado, que é responsável pelo julgamento das referidas contas, o rejeitasse por decisão de dois terços de seus membros.

Com base nas disposições constitucionais aplicáveis às câmaras municipais, julgue os próximos itens.

47 O subsídio dos vereadores não pode ultrapassar um percentual máximo do subsídio dos deputados federais.

48 A alienação de bens do município depende de autorização prévia da câmara municipal, mas, quando a operação for realizada com entidades de sua própria administração indireta, não haverá necessidade de licitação para esse fim.

A respeito da LRF e dos TCs, julgue os itens a seguir.

49 Os TCEs são competentes para examinar as contas não só das prefeituras e das câmaras municipais, mas também do Poder Judiciário e dos ministérios públicos municipais.

50 Cabe ao TCE determinar a suspensão das obras com indícios de irregularidades.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir a respeito de matemática financeira.

51 Para ser utilizada pelo período de dois anos, um escritório pesquisa a aquisição de uma impressora multifuncional, alugando-a ou comprando-a. Independentemente da forma de aquisição, as despesas com a manutenção dessa impressora são de R\$ 100,00 por mês no primeiro ano e de R\$ 150,00 por mês, no segundo ano. O escritório dispõe das seguintes opções:

I Alugá-la por R\$ 480,00 ao mês. Nesse caso, o locador se responsabiliza pelas despesas de manutenção;

II Comprá-la por R\$ 8.000,00. Sabendo que a vida útil da impressora é de dois anos, o escritório poderia vendê-la por R\$ 1.000,00 após esses dois anos de uso.

Se a taxa de juros compostos do mercado é de 1% ao mês, então, considerando 0,89 e 0,79 como valores aproximados de $1,01^{-12}$ e $1,01^{-24}$, respectivamente, é correto afirmar que a opção I é a mais vantajosa para o escritório.

52 Se o capital de R\$ 5.500,00 for aplicado por 6 meses em uma instituição financeira, que remunera no regime de juros simples à taxa de 1,5% ao mês, então o montante dessa aplicação será superior a R\$ 5.900,00.

53 Se o preço original de um produto sofrer reajustes sucessivos de 15% e de 20%, então o percentual de aumento no preço desse produto em relação ao preço original será de 38%.

54 Considerando 1,26 e 1,19 como valores aproximados de $1,06^4$ e $1,06^3$, respectivamente, é correto afirmar que o valor de resgate de um título de R\$ 20.500,00, vencível daqui a 9 meses, à taxa efetiva de desconto racional composto de 26% a.a., capitalizados trimestralmente, é superior a R\$ 17.250,00.

55 Considere o seguinte fluxo de valores:

a) no momento zero, desembolso no valor de R\$ 1.000,00;

b) no momento um, despesa no valor de R\$ 2.000,00;

c) do momento dois ao momento dez, nove receitas de valores iguais a R\$ 500,00.

Considerando que o intervalo de tempo decorrido entre momentos consecutivos é o mês, que a taxa de juros compostos é de 2% ao mês, que se convencionou despesa negativa e receita positiva, e que 8 é valor aproximado para

$\frac{1,02^9 - 1}{1,02^{10} \times 0,02}$, então a soma dos valores atuais das quantias

no momento zero é inferior a R\$ 1.100,00.

Em um estudo estatístico censitário, foi considerado um indicador X que assume os três seguintes valores possíveis: -1, 0 ou 1. A média e a variância populacionais desse indicador X são, respectivamente, $\frac{1}{2}$ e $\frac{3}{4}$. Nesse caso, é correto afirmar que

56 a moda de X foi igual a -1.

57 o coeficiente de variação de X foi inferior a 1,6.

58 a frequência relativa dos casos em que o indicador assume o valor zero foi inferior a 0,01.

59 a mediana do indicador X foi igual a $\frac{1}{2}$.

Acerca do conjunto de valores { 5, 3, 0, 4, 6, 8, 2, 5, 3, 3, 1, 2 }, é correto afirmar que

60 a variância amostral é igual a 5.

RASCUNHO

Tendo em vista as normas constitucionais acerca da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 61** Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros e aos estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, devendo a investidura em cargo efetivo ocorrer exclusivamente por concurso público de provas e títulos.
- 62** Ao exercer o controle jurisdicional da atividade da administração pública, o Poder Judiciário não deve restringir sua análise ao exame estrito da legalidade do ato administrativo, mas sim entender por legalidade ou legitimidade não só a conformação do ato com a lei, mas também com a moral administrativa e com o interesse coletivo.

Julgue os itens subsequentes, relacionados às finanças públicas e à fiscalização contábil, financeira e orçamentária da administração pública.

- 63** No que se refere às normas gerais sobre finanças públicas, os estados e municípios adotam o disposto em lei complementar federal.
- 64** O controle externo da administração direta e indireta do estado do Rio Grande do Norte (RN) será exercido pela Assembleia Legislativa com o auxílio do Tribunal de Contas estadual, cabendo a este, entre outras atribuições, julgar as contas prestadas anualmente pelo governador do estado.
- 65** No exercício de sua autonomia político-legislativa, os estados dispõem de competência privativa para a elaboração de normas sobre dívida pública externa e interna, incluídas as das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público estadual ou municipal.

Acerca das competências dos estados-membros da Federação e da intervenção estadual nos municípios, julgue os seguintes itens.

- 66** Aos estados-membros são reservadas as competências administrativas que lhes são expressamente conferidas pela CF, restando à União e aos municípios, na área administrativa, todas as competências que não forem dos estados.
- 67** A intervenção estadual nos municípios só pode ocorrer nos casos taxativamente previstos na CF, sem possibilidade de ampliação pelo legislador constituinte estadual.
- 68** O decreto de intervenção do governador em município do estado será submetido à apreciação da respectiva assembleia legislativa no prazo de vinte e quatro horas, podendo esta aprovar a intervenção municipal ou tomar a decisão de suspendê-la.

Acerca do controle externo das contas municipais, julgue os itens que se seguem.

- 69** O parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas que o prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da câmara de vereadores.
- 70** As contas municipais ficarão, durante sessenta dias por ano, à disposição dos contribuintes para exame e apreciação, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Acerca da organização administrativa do estado do Rio Grande do Norte, julgue os itens a seguir.

- 71** A administração direta do estado compreende os órgãos e as entidades de direito público, excluídas as entidades regidas pelo direito privado, tais como as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- 72** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das autarquias estaduais é exercida pela Assembleia Legislativa do RN, tanto sob o aspecto de legalidade quanto sob os de legitimidade e economicidade.

Com relação à teoria dos atos administrativos, julgue os próximos itens.

- 73** Os atos administrativos são presumidamente verdadeiros e conformes ao direito, militando em favor deles uma presunção *juris et de jure* de legitimidade. Trata-se, assim, de uma presunção absoluta, que não depende de lei expressa, mas que deflui da própria natureza do ato administrativo, como ato emanado de agente integrante da estrutura do Estado.
- 74** Como requisito do ato administrativo, a competência é, em princípio, intransferível, só podendo ser objeto de delegação se estiver estribada em lei.
- 75** O que fundamenta a anulação (ou invalidação) do ato administrativo é a inconveniência ou inoportunidade do ato ou da situação gerada por ele.

Julgue os itens a seguir, relativos à licitação e aos contratos administrativos.

- 76** Os estados, o DF e os municípios estão obrigados a seguir as normas da Lei n.º 8.666/1993 em seus procedimentos licitatórios, não dispondo de competência, mesmo que em caráter suplementar, para editar normas sobre o tema.
- 77** Na contratação de bens e serviços de informática, a administração adotará, obrigatoriamente, o tipo de licitação melhor técnica, vedado o emprego de outro tipo de licitação.
- 78** Os contratos administrativos regulam-se pelas chamadas cláusulas de privilégio e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Com relação às normas concernentes aos servidores públicos constantes da CF, julgue os seguintes itens.

- 79** O servidor aposentado poderá perceber simultaneamente os proventos de sua aposentadoria com a remuneração de um cargo em comissão que venha a ocupar, mesmo que em esfera governamental distinta daquela a que se vincula na inatividade.
- 80** Os servidores ocupantes de cargo público não dispõem de todos os direitos sociais que a CF destina aos trabalhadores urbanos e rurais que laboram na iniciativa privada.

Em relação aos crimes contra a administração pública, julgue os itens a seguir.

- 81** O funcionário público que revelar ou facilitar a revelação de fato que deva permanecer em segredo do qual tenha ciência em razão do cargo que ocupa pratica crime contra a administração pública, não tendo influência na pena prevista o fato de a revelação resultar em dano à administração pública.
- 82** As penas dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral serão aumentadas da terça parte quando os autores forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

Acerca dos crimes previstos na Lei de Licitações, julgue os itens que se seguem, segundo entendimento do STJ e a legislação que rege a matéria.

- 83** O tipo penal consistente em dispensar ou inexistir licitação fora das hipóteses previstas em lei é delito de mera conduta, logo, não exige dolo específico, apenas o genérico, representado pela vontade de contratar sem licitação, quando a lei expressamente prevê a realização do certame, independentemente, assim, de qualquer resultado naturalístico, como, por exemplo, prejuízo ao erário.
- 84** Considere a seguinte situação hipotética.
A Secretaria de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, antes de realizar procedimento licitatório para a aquisição de diversos itens, solicitou a manifestação da procuradoria do estado. O procurador responsável emitiu parecer técnico, opinando pela necessidade e conveniência de se contratar determinada empresa para prestar um serviço sem licitação, tendo sido comprovado que houve fraude posterior ao procedimento. Nessa situação, a fraude, ainda que não se tenha vinculado à dispensa da licitação, impõe responsabilidade criminal ao parecerista, mesmo que este não tenha auferido qualquer vantagem com a contratação da empresa sem o devido procedimento licitatório.
- 85** Aquele que se abstém ou desiste de licitar, em razão da vantagem oferecida, não comete delito previsto na Lei de Licitações, e sim crime contra a administração pública.

Julgue os itens de **86 a 90**, acerca dos crimes de responsabilidade fiscal e delitos previstos no Decreto-lei n.º 201/1967.

- 86** Constitui crime contra as finanças públicas ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, ainda que a despesa possa ser paga no mesmo exercício financeiro.
- 87** Constitui crime contra as finanças públicas ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública que não tenham sido criados por lei ou que não estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia.
- 88** Ao contrário do Código Penal, o referido decreto, que trata da responsabilidade dos prefeitos e vereadores, pune o peculato de uso.

- 89** Os crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais não incluem a conduta de receber transferência voluntária em desacordo com condição estabelecida em lei.
- 90** As infrações penais tipificadas no decreto em questão têm como destinatários os prefeitos municipais e os vereadores.

Acerca do controle da legalidade das aposentadorias, reformas e pensões pelos TCs, julgue os itens subsequentes.

- 91** Nos processos perante os TCs, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, inclusive nos casos de apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- 92** Quando o ato de concessão de aposentadoria, reforma ou pensão for considerado ilegal pelo TCE/RN, o órgão de origem fará cessar o pagamento dos proventos ou benefícios no prazo de quinze dias, contados da ciência da decisão do tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.
- 93** Caso não seja suspenso o pagamento de ato de concessão de aposentadoria, reforma ou pensão considerado ilegal pelo TCE/RN, este determinará a instauração ou conversão do processo em tomada de contas especial, para apurar responsabilidades e promover o ressarcimento das despesas irregularmente efetuadas aos cofres públicos.
- 94** A legalidade das melhorias posteriores em atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, que não lhes alterem o fundamento legal, não estão sujeitas à apreciação, para fins de registro, do TCE/RN.
- 95** Compete aos TCs, no exercício da sua função constitucional de controle, entre outras atribuições, a verificação da legalidade da aposentadoria, podendo, inclusive, proceder a inovação no título jurídico de aposentadoria submetido a seu exame, desde que constatada a ocorrência de vício de legalidade no ato concessivo.

Com base nos regimes de previdência social e nos princípios aplicáveis aos regimes próprios previdenciários, julgue os itens a seguir.

- 96** A CF prevê, como forma de garantir o direito social à previdência, o regime geral da previdência social (RGPS), de caráter contributivo e filiação obrigatória; os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos; e o regime de previdência privada, de caráter complementar, organizado de forma autônoma em relação ao RGPS.
- 97** A contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, para efeito de aposentadoria, é um direito constitucional autoaplicável, não dependendo de critérios outros estabelecidos em lei.
- 98** Os princípios da solidariedade e do equilíbrio financeiro e atuarial, aplicáveis aos regimes próprios previdenciários, possibilitaram a instituição de contribuição previdenciária para servidores públicos inativos.
- 99** Inexistindo disciplina específica em lei, o benefício da aposentadoria especial não pode ser concedido pelo órgão de origem ao servidor público, por aplicação do princípio da contributividade.
- 100** A irredutibilidade dos benefícios é um princípio da seguridade social, com expressa previsão na CF, que, não tem aplicação para os regimes próprios previdenciários.

Com relação à fiscalização exercida pelo TCE/RN, julgue o item a seguir.

101 É necessário o encaminhamento ao TCE, pelo governador e prefeitos, de demonstrativos de aplicação de recursos nas ações e serviços públicos de saúde, semestralmente, para efeito de acompanhamento e verificação da aplicação do piso de recursos orçamentários e da composição das despesas efetuadas pelo estado e pelos municípios nessas ações e serviços.

Com relação a planejamento e programas de auditoria, avaliação de controles internos e técnicas de auditoria, julgue os itens seguintes.

102 A auditoria governamental visa estabelecer a melhoria e a homogeneização dos procedimentos administrativos e dos controles internos das unidades da administração direta e indireta, daí resultando a padronização dos processos de licitação e dos contratos firmados com entidades privadas.

103 O objetivo primordial dos controles internos é a proteção do patrimônio da entidade. Desse modo, melhores controles internos permitem maior extensão e profundidade nos testes e plena segurança nas conclusões do auditor.

104 Os procedimentos da amostragem por julgamento são largamente difundidos, ainda que possam ser considerados teoricamente falhos, por determinadas razões, entre as quais inclui-se a impossibilidade de os auditores estimarem quantitativamente o risco que assumem.

Com base nos conceitos e normas acerca de achados de auditoria, conduta do analista e papéis de trabalho, julgue os próximos itens.

105 A aplicação dos programas de auditoria permite identificar deficiências, que constituem os achados de auditoria. Nesse sentido, os servidores presumivelmente relacionados a esses achados não devem ser comunicados, para não influenciar o relatório que o auditor encaminhará aos responsáveis pela entidade.

106 A regra aplicável ao contador que exerce funções de auditor no serviço público, do mesmo modo que no setor privado, é manter sigilo sobre as informações que obtiver na entidade auditada. Isso não o isenta, todavia, de revelar fatos que possam produzir efeitos relevantes nas demonstrações contábeis, quando a lei o exigir, inclusive sob demanda do conselho regional de contabilidade.

107 A conveniência de flexibilidade no uso dos papéis de trabalho não é razão suficiente para impedir a administração que recomende a adoção de modelos gerais padronizados. Tais modelos possibilitam verificar o cumprimento dos programas estabelecidos e a pertinência e adequação das conclusões apresentadas.

A respeito dos relatórios, procedimentos de fiscalização e tipos de auditoria, julgue os itens seguintes.

108 Quando são emitidos dois relatórios, um em forma longa e outro breve, o primeiro deve conter aquilo que, pela natural limitação, é omitido no relatório breve. Nesse caso, além da extensão e do maior detalhamento, o relatório em forma longa deve especificar as ressalvas que não cheguem a representar irregularidades.

109 Uma das atribuições de controle afetas ao TCE/RN é a realização de inspeções e auditorias de natureza contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional nas unidades e entidades que compõem as administrações municipais, por solicitação das respectivas câmaras municipais.

110 Um dos principais objetivos da auditoria operacional é atestar a conformidade do funcionamento do órgão ou entidade à estratégia e às políticas e diretrizes que lhes foram estabelecidas.

A respeito dos diversos aspectos relacionados com o orçamento público, julgue os itens a seguir.

111 O orçamento participativo, que apresenta vantagens inegáveis do ponto de vista da alocação de recursos segundo as demandas sociais existentes, não é utilizado no âmbito do governo federal.

112 A autorização para um órgão público realizar licitações não pode ser incluída na lei orçamentária anual em observância ao princípio da exclusividade.

113 Inicialmente, a despesa orçamentária é classificada em categorias econômicas, mas deve ser obrigatoriamente subdividida até o nível de elementos de despesa.

114 As metas fiscais constantes da LDO devem ter o seu efeito obrigatoriamente regionalizado.

115 O acompanhamento da execução do orçamento tem por objetivo principal definir o tamanho e a abrangência do contingenciamento de dotações orçamentárias.

116 A primeira etapa do processo de elaboração orçamentária deve ser sempre o estabelecimento da meta de resultado fiscal.

117 A metodologia de elaboração do orçamento-programa foi introduzida no Brasil depois da promulgação da CF e rompeu completamente com a prática de discriminar os gastos públicos de acordo com o tipo de despesa a ser realizada.

Acerca das leis que regem o processo orçamentário brasileiro, julgue os itens seguintes.

118 Em nenhuma hipótese um investimento com duração superior a um exercício financeiro poderá ser iniciado sem sua prévia inclusão no PPA.

119 Os riscos fiscais que devem ser incluídos em anexo da LDO abrangem os riscos orçamentários e os riscos da dívida.

120 A LRF prevê a aplicação de restrições à gestão de recursos públicos, ainda que o limite de despesas de pessoal não tenha sido atingido.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de linhas disponibilizadas, pois qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Ao longo do tempo, o que se tem verificado é que as metas de planejamento estipuladas em nada condizem com a realidade. Primeiro, porque tais metas não traduzem a execução prevista, a não ser em casos em que sua medição física seja óbvia. Segundo, porque elas são evidentemente "arbitradas". E, ainda, os mecanismos de controle não se propõem e talvez nem tenham como avaliá-las ou medi-las na fase de execução. É até natural que os controladores assumam uma feição mais de caráter repressor e tenham deixado de concentrar-se na valorização dos aspectos relacionados à verificação e apreciação da execução dos programas no mérito da despesa.

Roberto Bocaccio Piscitelli e outros. **Contabilidade pública – uma abordagem da administração financeira pública**. 9.^a ed., São Paulo: Atlas (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

PLANEJAMENTO E CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ evolução histórica do planejamento no Brasil;
- ▶ problemas para a implantação de um planejamento efetivo;
- ▶ importância do planejamento para o exercício de controle da gestão.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

